



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES 2020

2º TRIMESTRE



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



© TCEES, 2020

E77p. Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2020 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2020.

35 páginas

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades 2020. 2º Trimestre

I.Título.

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Vice-Presidente

Domingos Augusto Taufner

Corregedor

Rodrigo Coelho do Carmo

Ouvidor

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Conselheiros

Sérgio Manoel Nader Borges

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador Geral

Luís Henrique Anastácio da Silva

Procuradores de Contas

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretário Geral de Controle Externo

Rodrigo Lubiana Zanotti

Secretaria Geral Administrativa e Financeira

Arinéia Oliveira de Aguiar

Secretário Geral das Sessões

Odilson Souza Barbosa Junior

Secretário Geral de Tecnologia da Informação

Klayson Sesana Bonatto



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO

Controle Externo

MISSÃO

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

VISÃO

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

VALORES

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 2º trimestre de 2020.

Considerando o reconhecimento da ocorrência do Nível 3 de prevenção e enfrentamento à propagação do coronavírus (COVID-19), no âmbito do TCEES, na forma do artigo 1º, inciso III, da Decisão Plenária TC 07/2020, uma das providências adotadas pela Corte foi a determinação de realização de teletrabalho por membros, servidores e estagiários. Tal feito só foi possível graças aos recursos em tecnologia da informação investidos nos últimos anos.

Neste período, houve realocação dos recursos humanos disponíveis para prioritariamente eliminar o estoque de processos administrativos e de controle externo pendentes de deliberação. Além disso, foi criado um hotsite institucional objetivando informar os jurisdicionados e demais interessados sobre assuntos relacionados a contratações públicas, gestão fiscal, orçamentária, previdenciária, pessoal, dentre outros relacionados à esfera de atuação deste Tribunal e que estejam relacionados, direta ou indiretamente, ao combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Em razão deste cenário, destacam-se ainda neste período as medidas de contingenciamento e de redução de despesas do órgão, bem como a oportunidade de realização da primeira sessão virtual da história desta Corte de Contas.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela Assessoria de Governança - ASGOV, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 24 de julho de 2020.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

CONSELHEIRO PRESIDENTE



SUMÁRIO

1 - COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES	7
2 - AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	7
3 - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	8
3.1 - PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE	8
3.2 - AÇÕES DO PLENÁRIO	8
3.2.1 - ACORDÃOS	9
3.2.2 - DECISÕES	10
3.2.3 - ATOS NORMATIVOS	11
3.2.3.1 - EMENDAS REGIMENTAIS	11
3.2.3.2 - RESOLUÇÕES	11
3.2.3.3 - INSTRUÇÕES NORMATIVAS	11
3.2.3.4 - DECISÕES NORMATIVAS	11
3.2.3.5 - DECISÕES PLENÁRIAS	11
3.2.3.6 - DECISÕES PLENÁRIAS ADMINISTRATIVAS	12
3.2.3.7 - PREJULGADOS	12
3.2.4 - PARECERES EM CONSULTA	12
3.3 - AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	14
4 - ATIVIDADES DE GESTÃO	17
4.1 - GESTÃO DE PESSOAS	17
4.2 - GESTÃO DO CONHECIMENTO	17
4.3 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	18
4.4 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	18
4.4 - SERVIÇOS GERAIS	18
4.5 - GESTÃO DOCUMENTAL	20
4.6 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	20
4.7 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22
4.8 - CONTROLE INTERNO	23
4.8.1 - ATIVIDADES DE NATUREZA TÉCNICA	23
4.8.2 - AUDITORIAS	24
4.8.3 - CURSOS E TREINAMENTOS	25
4.8.4 - CONCLUSÃO	25
4.9 - GESTÃO DA ESTRATÉGIA	25
5 - NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA	25
6 - MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC	26
7 - CORREGEDORIA	26
7.1 - REUNIÕES INTERNAS	26
7.2 - REUNIÕES EXTERNAS	27
7.3 - CORREIÇÃO DE 2020	27
7.4 - ATIVIDADES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DA CORREGEDORIA	27
8 - OUVIDORIA	27
8.1 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	27
8.1.1 - REUNIÕES	28
8.1.2 - PROJETOS	28
8.1.2.1 - REDE TCE-ES DE OUVIDORIAS INTEGRADAS	28
8.1.2.2 - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O JURISDICIONADO	28
8.1.2.3 - PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO TCE-ES	28
8.1.3 - PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS	28
8.1.3.1 - COMISSÃO CDU (CÓDIGO DE DEFESA DO USUÁRIO)	28
8.1.3.2 - PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ TÉCNICO DE CORREGEDORIAS E OUVIDORIAS DO IRB - INSTITUTO RUI BARBOSA	29
8.1.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	29
8.1.5 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	29
8.1.6 - ATIVIDADES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DA OUVIDORIA	29
8.2 - ESTATÍSTICAS DAS DEMANDAS	29
8.3 - METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO	30
8.3.1 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO AOS PRAZOS DE RESPOSTA ÀS DEMANDAS DA OUVIDORIA	30
8.3.2 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO SOBRE O ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA	30
8.3.3 - AVALIAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DO SISTEMA CONTA PRA GENTE	31
8.3.3.1 - ATENDIMENTO/TRATAMENTO RECEBIDO PELA EQUIPE DA OUVIDORIA DO TCEES	31
8.3.3.2 - TEMPO DE RESPOSTA À SUA MANIFESTAÇÃO	31
8.3.3.3 - QUALIDADE DA RESPOSTA RECEBIDA	32
8.3.4 - AVALIAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DO SISTEMA E-SIC	32
8.4 - CONCLUSÃO	33
ANEXO	34

1 - COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

2 - AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

- a. Em 17 dias de teletrabalho, servidores do TCE-ES aumentaram sua produtividade. Neste período, o número de instruções técnicas conclusivas produzidas aumentou 36% em comparação ao mesmo período de 2019. As instruções técnicas de recurso tiveram um salto de 166%. O mesmo ocorreu com as instruções técnicas preliminares, com pulo de 352%. Mantendo o patamar de evolução, as manifestações técnicas aumentaram 75% e os pareceres da consultoria jurídica, 135%.
- b. A Corregedoria do TCE-ES fará correção na Secretaria Geral de Tecnologia de Informação, considerando ser esta a unidade que mais pode oferecer melhorias para a atividade em teletrabalho de todos os servidores, diante da crise de saúde pública ocasionada pelo novo corona vírus.
- c. Assinatura do acordo de redução de repasse de duodécimo entre TCE-ES e o Executivo Estadual, que prevê redução em até 20% do repasse financeiro relativo aos duodécimos pagos nos meses de maio a dezembro do exercício de 2020.
- d. Manual de Auditoria de Conformidade com adaptação às NBASP está em fase de elaboração de proposta inicial.
- e. Em dois meses de teletrabalho, TCE-ES registra corte de gastos e aumento de produtividade; e por meio da Portaria Normativa nº 66, prorroga até 31 de dezembro de 2020 as atividades sob regime de teletrabalho.
- f. Lançamento do curso sobre improbidade administrativa pela escola de contas do TCE-ES.
- g. Disponibilização no e-TCEES da ferramenta “Análise de Similaridade”, que auxilia na localização de documentos com o mesmo objeto ou objeto similar, contribuindo para identificar possíveis casos de conexão, litispendência ou coisa julgada administrativa dos processos em trâmite no Tribunal, evitando

a prolação de decisões conflitantes em matérias idênticas.

- h. Realização da Primeira sessão virtual do TCE-ES em 25 de junho de 2020.
- i. TCE-ES extingue envio de mensagens por meio de comunicação interna.

3 - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 - PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

Número de Processos Autuados	1.398
Número de processos de Controle Externo	1.393
Número de processos de Pessoal	5
Número de processos Administrativos	-
Número de sessões realizadas	8
Número de Atos Normativos	8
Número de Acórdãos	126
Número de Pareceres Prévios	1
Número de Pareceres Consulta	12
Número de Decisões	89
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	269.493
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	78.934,67
Demandas atendidas pela Ouvidoria	167

3.2 - AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	2º trimestre 2020		
	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Sessões Plenárias	6	1	1
Ordinárias	0	-	-
Extraordinária	0	-	-
Especial	5	-	-
Administrativa	1	1	1
Processos em pauta	142	68	44

Decisões do Plenário	2º trimestre 2020		
	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Acórdãos (*)	70	29	27
Pareceres prévios	0	1	0
Pareceres em consulta	12	-	-
Total	82	30	27

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.



Atos Normativos	2º trimestre 2020		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Emendas Regimentais	1	-	-
Resoluções	3	-	-
Instruções Normativas	2	-	-
Decisões Normativas	-	-	-
Decisões Plenárias	1	-	-
Decisões Plenárias Administrativas	0	-	-
Prejulgados	1	-	-
Total	8	-	-

3.2.1 - ACORDÃOS

Classificações	2º trimestre 2020		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Agravo	2	0	0
Controle Externo - Fiscalização - Auditoria	1	1	2
Controle Externo - Fiscalização - Denúncia	1	0	2
Controle Externo - Fiscalização - Inspeção	1	0	0
Controle Externo - Fiscalização - Levantamento	0	0	0
Controle Externo - Fiscalização - Monitoramento	0	1	0
Controle Externo - Fiscalização - Representação	19	6	10
Controle Externo > Fiscalização > Omissão	0	0	0
Controle Externo > Fiscalização > Omissão > Omissão de Prestação de Contas Mensal	16	0	0
Controle Externo > Fiscalização > Omissão > Omissão de Resumo de Concursos do Exercício Anterior	0	0	0
Embargos de Declaração	2	0	1
Pedido de Reexame	1	0	0
Pedido de Revisão	3	0	0
Prestação de Contas Anual de Ordenador	17	19	12
Prestação de Contas Anual de Prefeito	0	0	0
Processo de Estabilidade	0	0	0
Recurso de Reconsideração	1	0	0
Recurso Inominado	0	0	0
Relatório de Gestão Fiscal	4	0	0
Solicitação de Auditoria/Inspeção	1	0	0
Tomada de Contas Especial Convertida	0	0	0
Tomada de Contas Especial Determinada	0	1	0
Tomada de Contas Especial Instaurada	1	1	0
Total	70	29	27



3.2.2 - DECISÕES

Classificações	2º trimestre 2020		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Registro de pessoal	0	9	5
Denegar registro	0	0	0
Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria	0	0	0
Registro	0	9	5
Atos Sujeitos a Registro - Admissão	0	8	5
Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria	0	1	0
Atos Sujeitos a Registro - Pensão	0	0	0
Atos Sujeitos a Registro - Reforma	0	0	0
Atos Sujeitos a Registro - Reserva	0	0	0
Atos Sujeitos a Registro - Revisão de Ato	0	0	0
Edital de Concurso	0	0	0
Demais decisões	39	29	7
Deferir medida cautelar	0	0	0
Indeferir medida cautelar	11	0	0
Outras	24	29	7
Ratificar DECM que deferiu medida cautelar	4	0	0
Ratificar DECM que indeferiu medida cautelar	0	0	0
Revogar cautelar	0	0	0
Total Geral:	39	29	7

3.2.3 - ATOS NORMATIVOS

3.2.3.1 - EMENDAS REGIMENTAIS

Nº	Ementa das Emendas Regimentais	Data
12	Altera e acresce dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.	10/05/2020
Total no trimestre		1

3.2.3.2 - RESOLUÇÕES

Nº	Ementa das Resoluções	Data
338	Altera a Resolução TC nº 240, de 29 de maio de 2012 e dá outras providências.	26/05/2020
339	Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sessões virtuais para apreciação e julgamento de processos e dá outras providências.	26/05/2020
340	Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o Conselho Superior de Administração e dá outras providências.	09/06/2020
Total no trimestre		3

3.2.3.3 - INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Nº	Ementa das Instruções Normativas	Data
60	Retificação do Anexo da Instrução Normativa TC 51/2019, despesas com publicidade em ano eleitoral.	02/04/2020
61	Dispõe sobre o recebimento de protocolos e a autuação, instrução e tramitação de processos eletrônicos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, e dá outras providências.	26/05/2020
Total no trimestre		2

3.2.3.4 - DECISÕES NORMATIVAS

Nº	Ementa das Decisões Normativas	Data
-	---	-
Total no trimestre		-

3.2.3.5 - DECISÕES PLENÁRIAS

Nº	Ementa das Decisões Normativas	Data
11	Adequa nome de Projeto Estratégico para o exercício de 2020.	26/05/2020
Total no trimestre		1

3.2.3.6 - DECISÕES PLENÁRIAS ADMINISTRATIVAS

Nº	Ementa das Decisões Plenárias Administrativas	Data
-	---	-
Total no trimestre		-

3.2.3.7 - PREJULGADOS

Nº	Ementa dos Prejulgados	Data
59	NEGAR EXEQUIBILIDADE ao seguinte trecho do art. 4º da Lei 1.459/2011, do município de Conceição do Castelo “e excepcionalmente, aos médicos não vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo, quando convidados para a prestação de serviços médicos em regime de plantão, em decorrência de cargo vago, falta ou afastamento legal do titular”. Violação ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal; ofensa ao princípio do concurso público.	03/06/2020
Total no trimestre		1

3.2.4 - PARECERES EM CONSULTA

Decisões do Plenário	1º trimestre 2020		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Consulta	12	0	0
Pedido de Reexame	0	0	0
Total	12	0	0

Nº	Interessado	Ementa
3	P. Viana	CONSULTA - UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES - ACOMPANHAR PARCIALMENTE A ÁREA TÉCNICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - APLICAÇÃO DAS VEDAÇÕES CONSTANTES DA LEI FEDERAL 7.990/89 - INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO EM DESPESAS CORRENTES - ENCAMINHAR PARECER CONSULTA - ARQUIVAR
4	P. João Neiva	CONSULTA - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO NEIVA - CONHECER – RESPONDÊ-LA CONSIDERANDO SUA APLICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NO CONTEXTO DA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE PANDEMIA DO COVID 19 E AS PREMISSAS ESTABELECIDAS - ARQUIVAR
5	C. Muniz Freire	ENCAMINHAR AO CONSULENTE OS PARECERES CONSULTA TC 034/2006 e 011/2012 (O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, POR CONSTITUIR DESPESA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA, NÃO DEVE SER COMPUTADO PARA EFEITO DO TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL, PREVISTO NOS LIMITES DE QUE TRATA ART. 37, INC. XI, DA CF/88).



6	P. Nova Venécia	CONSULTA - CONHECER - RESPONDER NOS TERMOS DA ITC Nº 09/2020 - IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDOR VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - INAPLICÁVEL O ART. 40, CF.
7	TCEES	CONSULTA - DECISÃO PLENÁRIA TC 03/2020 - PORTARIA NORMATIVA Nº 48/2019 - REVISÃO DOS PARECERES EM CONSULTA EMITIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DO ANO 2000 - DIVERGÊNCIA PARCIAL - PARECERES CONSULTA TC-39/2000, TC-27/2000 E TC-43/2000 - ESTUDO TÉCNICO DE JURISPRUDÊNCIA - INSTRUÇÃO TÉCNICA DE CONSULTA - PARECER MINISTERIAL - CONHECER - RATIFICAR PARCIALMENTE POSICIONAMENTO COMISSÃO TÉCNICA - ARQUIVAR.
8	IPAS Santa Maria de Jetibá	CONSULTA - CONHECER - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 - AFASTAMENTOS POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO, SALÁRIO-MATERNIDADE E AUXÍLIO-RECLUSÃO - PAGAMENTO REALIZADO DIRETAMENTE PELO ENTE FEDERATIVO A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019 - DESONERAÇÃO DO RPPS AO QUAL O SERVIDOR SE VINCULA - REGIME DE COMPETÊNCIA NAS FINANÇAS PÚBLICAS - PAGAMENTOS INTEGRAIS REALIZADOS PELO RPPS REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO - OBRIGAÇÃO DO ENTE FEDERATIVO AO RESSARCIMENTO PROPORCIONAL A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019 - RESPONDER NOS TERMOS DA ITC 0011/2020-4 - CIÊNCIA - ARQUIVAR.
9	C. Guarapari	Conhecer. Responder de acordo com a Instrução Técnica de Consulta 17/2020. Encaminhar Parecer Consulta 52/2001. Arquivar.
10	C. Marilândia	Conhecer. Responder nos termos do voto. Encaminhar Instrução Técnica de Consulta 01/2020. Arquivar.
11	P. Serra	Responder nos termos do voto. Arquivar.
12	IPAS Linhares	Conhecer. Responder nos termos do voto-vista do conselheiro Domingos, encampado pela relatora, que subscreveu, ainda, a sugestão do conselheiro Rodrigo Coelho de incluir no dispositivo a Revogação do Parecer Consulta 2/2013.
13	SEDU	Conhecer. Responder nos termos da Instrução Técnica de Consulta 39/2017-8, com as considerações do parecer do MPC.
14	PM Iconha	Conhecer parcialmente. Responder nos termos do voto, que encampou a Instrução Técnica de Consulta 06/2020. Arquivar.
Total no trimestre		12

3.3 - AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna / própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo - Segex e aprovado em Plenário.

O procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Consulta	4	4	6	14
Instrução Técnica de Consulta	4	4	5	13
Manifestação Técnica	0	0	1	1
Contas	144	85	100	329
Prestação de Contas	109	56	75	240
Ordenador	73	42	64	179
Decisão SEGEX	5	3	8	16
Instrução Técnica Conclusiva	61	33	40	134
Instrução Técnica Inicial	6	3	10	19
Manifestação Técnica	1	2	4	7
Manifestação Técnica de Defesa Oral	0	1	2	3
Prefeito	36	14	11	61
Decisão SEGEX	5	3	2	10
Instrução Técnica Conclusiva	24	6	4	34
Instrução Técnica Inicial	5	3	2	10
Manifestação Técnica	2	2	3	7
Tomada de Contas Especial	35	29	25	89
Convertida	10	7	7	24
Instrução Técnica Conclusiva	7	6	4	17
Instrução Técnica Inicial	1	1	0	2
Manifestação Técnica	1	0	3	4
Manifestação Técnica de Cautelar	1	0	0	1
Determinada	16	6	7	29
Decisão SEGEX	3	0	1	4
Instrução Técnica Conclusiva	3	0	1	4
Instrução Técnica Inicial	3	1	0	4
Manifestação Técnica	5	5	5	15
Relatório de Monitoramento	2	0	0	2
Instaurada	9	16	11	36
Decisão SEGEX	1	1	2	4
Instrução Técnica Conclusiva	2	4	2	8
Instrução Técnica Inicial	1	2	1	4
Manifestação Técnica	5	9	6	20



Fiscalização	502	758	634	1.894
Acompanhamento	3	5	2	10
Decisão SEGEX	1	1	0	2
Instrução Técnica Conclusiva	1	1	1	3
Instrução Técnica Inicial	1	1	0	2
Manifestação Técnica	0	0	1	1
Relatório de Acompanhamento	0	2	0	2
Atos Sujeitos a Registro	398	646	551	1.595
Admissão	37	208	85	330
Instrução Técnica Conclusiva	24	20	7	51
Instrução Técnica Preliminar	5	20	0	25
Manifestação Técnica	8	168	78	254
Aposentadoria	291	356	380	1.027
Instrução Técnica Conclusiva	248	300	327	875
Instrução Técnica Preliminar	43	56	53	152
Edital de Concurso	10	5	2	17
Decisão SEGEX	2	0	0	2
Instrução Técnica Conclusiva	4	5	0	9
Manifestação Técnica	4	0	2	6
Pensão	50	63	69	182
Instrução Técnica Conclusiva	31	45	53	129
Instrução Técnica Preliminar	19	18	16	53
Reforma	6	9	8	23
Instrução Técnica Conclusiva	6	9	8	29
Reserva	4	5	7	16
Instrução Técnica Conclusiva	3	4	7	14
Instrução Técnica Preliminar	1	1	0	2
Auditoria	22	25	17	64
Decisão SEGEX	3	2	3	8
Instrução Técnica Conclusiva	10	14	8	32
Instrução Técnica Inicial	2	3	3	8
Manifestação Técnica	4	4	3	11
Manifestação Técnica de Defesa Oral	1	1	0	2
Relatório de Auditoria	2	1	0	3
Denúncia	16	9	3	28
Instrução Técnica Conclusiva	3	5	2	10
Manifestação Técnica	8	4	1	13
Manifestação Técnica de Cautelar	4	0	0	4
Manifestação Técnica de Defesa Oral	1	0	0	1
Inspeção	0	2	2	4
Instrução Técnica Conclusiva	0	1	1	2
Manifestação Técnica	0	1	1	2



Levantamento	3	0	0	3
Instrução Técnica Conclusiva	1	0	0	1
Manifestação Técnica	1	0	0	1
Relatório de Levantamento	1	0	0	1
Monitoramento	2	7	7	17
Instrução Técnica Conclusiva	0	2	0	2
Instrução Técnica Inicial	0	1	0	1
Manifestação Técnica	1	3	7	11
Relatório de Monitoramento	1	1	0	2
Omissão	6	3	3	12
Instrução Técnica Conclusiva	0	1	0	1
Manifestação Técnica	1	0	0	1
Relatório de Monitoramento	0	0	1	1
Omissão de Prestação de Contas Mensal	1	0	1	2
Instrução Técnica Conclusiva	1	0	1	2
Omissão do Geo-Obras	4	2	1	7
Instrução Técnica Conclusiva	4	2	1	7
Representação	51	60	48	159
Decisão SEGEX	3	2	5	11
Instrução Técnica Conclusiva	22	28	21	71
Instrução Técnica Inicial	6	5	2	13
Manifestação Técnica	18	17	13	48
Manifestação Técnica de Cautelar	1	5	7	14
Manifestação Técnica de Defesa Oral	1	0	0	1
Relatório de Monitoramento	0	1	0	1
Solicitação do Poder Legislativo	1	1	1	3
Solicitação de Auditoria/Inspeção	1	1	1	3
Manifestação Técnica	1	1	1	3
Recurso	32	27	35	94
Agravo	1	3	2	6
Instrução Técnica de Recurso	1	3	2	1
Embargos de Declaração	3	1	5	9
Instrução Técnica de Recurso	3	1	5	9
Pedido de Reexame	4	10	2	16
Instrução Técnica de Recurso	3	8	2	13
Manifestação Técnica	1	2	0	3
Recurso de Reconsideração	24	13	26	63
Instrução Técnica de Recurso	18	6	20	44
Manifestação Técnica	6	6	5	17
Manifestação Técnica de Defesa Oral	0	1	1	2
Revisão	2	3	2	7
Pedido de Revisão	2	3	2	7
Instrução Técnica de Pedido de Revisão	2	3	2	7
Total de documentos gerados no período	684	877	777	2.338

4 - ATIVIDADES DE GESTÃO

4.1 - GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Total
Conselheiro	7
Conselheiro Substituto	3
Procurador Especial de Contas	3
Cargos efetivos	277
Auditor de Controle Externo	232
Assistente Técnico	14
Auxiliar de Serviços	8
Analista Administrativo	23
Cargos de Gabinete	68
Cargos comissionados	170
Chefias	19
Assessoramento	151
Total	528

Estagiários	2º trimestre 2020
Nível superior	75
Nível médio	29
Total	104

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na "Portal da Transparência", na opção "Pessoal".

4.2 - GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da Capacitação	2º trimestre 2020
Eventos	4
Eventos para servidores do TCEES	4
<i>Interno (promovido pelo TCEES)</i>	2
<i>Externo (promovido por outras instituições)</i>	1
<i>Iniciativa do servidor</i>	1
<i>Outros eventos</i>	-
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	-
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	-
Pessoas capacitadas	23.856
Servidores e membros do TCEES	13
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	23.843
Horas de capacitação	715.037

Servidores e membros do TCEES	58
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	714.979

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 11.067 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.3 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2020 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 174.706.419,00. A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir:

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ¹	Empenhado ¹	Liquidado ¹	Pago ¹
Despesas correntes	171.074.119,00	168.079.119,00	122.093.276,45	77.330.586,51	77.027.513,17
Pessoal	143.391.390,00	140.396.390,00	107.944.162,88	69.024.820,94	68.790.959,75
Pessoal - Ativo	119.391.390,00	116.396.390,00	83.944.162,88	54.338.909,34	54.105.048,15
Pessoal - Inativo ²	24.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	14.685.911,60	14.685.911,60
Outras despesas (custeio)	27.682.729,00	27.682.729,00	14.149.113,57	8.305.765,57	8.236.553,42
Despesas de capital (investimento)	3.632.300,00	6.627.300,00	2.308.699,85	118.477,24	118.477,24
Total Geral	174.706.419,00	174.706.419,00	124.401.975,85	77.449.063,75	77.145.990,41

¹ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

² Valores relativos ao repasse do aporte ao RPPS - Fundo Financeiro.

4.4 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES.

Descrição	MAIO/19 A ABRIL/20
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite - R\$	116.031.801,83
Receita Corrente Líquida - R\$	14.921.307.795,51
Limite apurado - %	0,769%
Limite máximo - 1,300 %	196.192.336,64
Limite prudencial - 1,235 %	186.382.719,81
Limite de alerta - 1,170 %	176.573.102,98

Fonte: RGF - 1º Quadrimestre de 2020

4.4 - SERVIÇOS GERAIS

Atividades desenvolvidas pelo NOM no 2º trimestre de 2020:

- Estudo Técnico para a contratação de consultoria especializada para elaboração de Plano de Segurança Integrada;
- Consulta ao CREA-ES e ao CRA-ES sobre qualificação técnica para a consultoria de segurança e videomonitoramento;
- Reforma na recepção e NCD, mudança do protocolo;
- Fiscalização da obra de reforma dos sanitários (Processo 502/2020): conclusão da obra;

- Novo planejamento de execução da obra de reforma elétrica em horário diurno;
- Conclusão da planilha orçamentária da Reforma Elétrica: atualização para horário diurno;
- Emissão de Atestados de Responsabilidade Técnica sobre o orçamento de referência da obra elétrica;
- Revisão do Projeto Básico para contratação da Reforma Elétrica;
- Revisão da minuta contratual da Reforma Elétrica;
- Planejamento, juntamente com a SFC, do orçamento para decreto de suplementação e cortes no custeio;
- Autuação do Processo da Reforma Elétrica – 2264/2020;
- Revisão do Termo de Referência para contratação de manutenção de elevadores;
- Estudo de precedentes de mercado de pagamento em separado da manutenção preventiva e corretiva dos elevadores;
- Especificação e quantificação para contratação de nova ata de aquisição e instalação de ar condicionado SPLIT e ACJ (Processo 2076/2020);
- Avaliação, juntamente com a SGTI, da opção mais adequada para reforma da sala de Telecom;
- Apresentação do plano da reforma da sala de telecom para o CETI;
- Elaboração de Atestado de Capacidade Técnica para empresa que elaborou o relatório de análise de riscos do Data Center;
- Elaboração de Atestado de Capacidade Técnica para empresa que executou a reforma dos sanitários;
- Execução da manutenção corretiva do portão automático da garagem da frente do TCEES (Processo 701/2020);
- Estudo técnico preliminar para contratação de análise da qualidade da água dos bebedouros;
- Processo de manutenção preventiva e corretiva dos extintores de incêndio e testes das mangueiras de combate a incêndio;
- Projeto e acompanhamento de visitas técnicas para contratação da manutenção da válvula de retenção vertical e do pressostato do Sistema Hidráulico Preventivo;
- Projeto e acompanhamento de visitas técnicas para contratação da manutenção do SPDA – Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- Elaboração da Matriz de Competências Técnicas do NOM;
- Acompanhamento de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Auxílio à SAD na quantificação de áreas para novo contrato de limpeza;
- Detalhamento executivo de marcenaria para novo balcão da recepção;
- Estudo técnico para contratação de manutenção predial terceirizada – em andamento;
- Projetos e fiscalização da execução do contrato de alteração de divisórias internas do TCEES (Processo 862/2020);
- Fiscalização da execução do contrato de manutenção predial;
- Manutenção e limpeza dos telhados e calhas;
- Manutenção e limpeza das caixas d'água e cisterna;
- Instalação de acessórios de banheiros – prateleiras e ganchos;
- Projetos de adequação de leiautes, conforme solicitações;
- Processo de renovação do Alvará do CBMES – em andamento;
- Acompanhamento de processos de aprovação de projeto pela PMV;
- Alimentação de informações para o GEO-OBRA;
- Ordens de reinício dos contratos que haviam sido paralisados;
- Retorno às atividades presenciais de acompanhamento de obras e serviços de engenharia e de manutenção;
- Fiscalização do contrato de manutenção dos elevadores;

- Fiscalização do contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado;
- Fiscalização do contrato de manutenção da plataforma elevatória;
- Acompanhamento diário do consumo de água;
- Atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial.

4.5 - GESTÃO DOCUMENTAL

Gestão Documental	2º trimestre 2020
Correspondências expedidas	414
Correspondências recebidas	1.134
Nº de processos arquivados	515
Nº de atendimentos online	443
Nº atendimentos presenciais	608
Nº de processos atuados	1.398
Processos de Pessoal do TCEES	5
Processos Administrativos do TCEES	-
Processos de Controle Externo	1.393

4.6 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de Comunicação Externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Responsabilidade Social	“Ética e transparência” e “Responsabilidade Sustentável” são valores preconizados pelo TCEES. Com gestão ética e transparente, a instituição reforça seu compromisso com uma sociedade com apresentações do Coral de Contas - formado por servidores da Corte, que realizam trabalho voluntário - em instituições filantrópicas e hospitais públicos na Grande Vitória; além de campanhas solidárias.
Redes Sociais	O perfil oficial do TCE – ES no Facebook passou a funcionar oficialmente a partir do dia 24 de julho de 2017, por meio do qual iniciou a fazer transmissão, ao vivo, das sessões plenárias. A Corte também entrou com perfis no Instagram e no Twitter.

Canais de Comunicação Interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação. Passou por reformulações, sendo a principal delas a criação de um espaço destinado para exibição de vídeos.

Principais Atividades de Comunicação	1º trimestre 2020
Comunicação externa	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	48
Nº jornalistas recebidos no TCEES	-
Nº de entrevistas coletivas/workshop	2
Nº de releases/notas/artigos enviados à imprensa	13
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	96
Nº de fotos/imagens inseridas no Portal TCEES	103
Nº de postagens em redes sociais	535
Nº de visualizações em redes sociais	122.593
Nº e vídeos postados (<i>Facebook e Instagram</i>)	17
Comunicação interna	
Nº de notícias inseridas na Intranet	79
Nº de eventos fotografados	-
Nº de campanhas internas realizadas	4
Nº de campanhas solidárias realizadas	-
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	24
Nº de vídeos publicados na Intranet	5
Nº de episódios de podcasts produzidos	9
Nº de hotspots produzidos	-

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Houve mudança na estratégia no contato com a imprensa. Busca-se um relacionamento mais próximo dos repórteres, primando pela agilidade no retorno e envio de informações de qualidade.

² Passou-se a publicar fotos internas, dentro dos textos, quando possível.

³ A partir de janeiro, a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Espírito Santo (Ascom) elaborou uma nova estratégia para a gestão das redes sociais. Com o objetivo de melhorar a performance e o engajamento das redes, a Ascom estudou as melhores práticas adotadas por empresas e órgãos públicos. A partir desse levantamento, a elaboração e programação do conteúdo foi totalmente repaginada, com novos quadros e materiais pensados de acordo com o público-alvo definido, sempre respeitando a característica de cada mídia (Facebook/ Instagram/ Twitter).

⁴ Afim de estabelecer uma comunicação ainda mais eficaz, a Corte repaginou toda identidade visual do órgão nas redes. Transmitindo uma imagem mais limpa e moderna. Outra mudança foi a melhor utilização das ferramentas oferecidas pelas mídias. Um exemplo foi a adoção de conteúdos estratégicos para a ferramenta “Story”, presente no Instagram e no Facebook. Ainda no Instagram, a Corte passou a explorar mais a característica visual/ imagética do site. Com a adoção de “mosaicos” e “carrosséis”, postados no perfil (feed) do Tribunal.

⁵ Faz-se necessário destacar o lançamento do Podcast do Tribunal de Contas, como mais uma ferramenta qualificada de informação à sociedade, bem como a criação de um perfil na plataforma LinkedIn, com o intuito de melhor divulgar a produção acadêmica dos nossos servidores.

4.7 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 2º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trimestre 2020
Estações de trabalho	736
Servidores com acesso aos recursos da rede	611
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3
Sistemas em funcionamento	49
Desenvolvidos pela STI	38
Adquiridos de terceiros	11

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte a controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Sistema que visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
CidadES: Prestação de Contas Mensal	Sistema de remessa digital ao TCE-ES, pela administração direta e indireta das esferas estadual e municipal, das prestações de contas mensais, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.
CidadES: Prestação de Contas Anual	Sistema de remessa digital ao TCE-ES, pela administração direta e indireta das esferas estadual e municipal, das prestações de contas anuais, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.
CidadES: Atos Sujeitos a Registro - Admissão	Sistema de remessa digital ao TCE-ES, pela administração direta e indireta das esferas estadual e municipal, dos atos sujeitos a registro referentes a admissão de pessoal para os cargos e empregos públicos.
CidadES Controle Social	Sistema que visa o acompanhamento da aplicação do dinheiro público no ES, oferecendo informações fiscais e econômicas, indicadores relacionados a saúde, educação pessoal, IEGM, bem como os resultados das fiscalizações e julgamentos das contas.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
e-TCEES: Monitoramento de Deliberações	Sistema que permite à área técnica do TCE-ES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCE-ES e dos resultados delas advindos.
e-TCEES: Sistema de Fiscalização	Sistema que possibilita aos auditores realizar fiscalizações estruturadas conforme o manual de auditoria do TCE-ES, englobando as fases de designação, planejamento e execução.
e-TCEES: Benefícios	Sistema que permite aos auditores a identificação, avaliação e registro dos benefícios das ações de controle externo.
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Serviço que visa apoiar a SMPC na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Banco de achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
CidadES - Folha de Pagamento	Serviço que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras

Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de procuradoria de processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de relatoria de processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através de cadastro de sorteio anual de relatoria e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Monitoramento de deliberações	Serviço que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
Painéis de gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: <ul style="list-style-type: none"> • Visão geral de processos; • Prazos de julgamento de processos de controle externo; • Prazos de tarefas; • Prazos no setor; • Processos prioritários de acordo com a Resolução 300/2016; • Execução orçamentária; • Recursos Humanos; • Fiscalizações; • Deliberações, etc. Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
Prestação de Contas Anual	Serviço que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Serviço que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Serviço que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentações e outras ações.

4.8 - CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

4.8.1 - ATIVIDADES DE NATUREZA TÉCNICA

No segundo trimestre de 2020, sob regime de trabalho presencial, o NCI realizou as seguintes atividades de natureza técnica, no âmbito de suas competências regimentais:

- a) Leitura e acompanhamento de todas as edições do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, disponibilizado em <https://diario.tce.es.gov.br/>;
- b) Apreciação e revisão de proposta de Resolução que dispõe sobre os critérios para promoção dos servidores efetivos ocupantes do cargo de Analista Administrativo do TCEES. Essa proposta visou regulamentar o artigo 12 da Lei Complementar Estadual nº 660, de 19 de dezembro de 2012 (Protocolo TC nº 04216/2020-1);
- c) Construção de proposta de Resolução que dispõe sobre o horário de funcionamento do TCEES, bem como o acesso às suas dependências, a jornada de trabalho dos servidores, a frequência, o banco de horas e o serviço extraordinário, buscando consolidar os dispositivos estabelecidos na Resolução TC nº 251, de 20 de dezembro de 2012, e na Decisão Plenária Administrativa TC nº 1, 18 de dezembro de 2013, ao mes-

mo tempo em que objetivou atualizar os temas tratados (Protocolo TC nº 01342/2020-1);

d) Apreciação de proposta de Resolução, que versa acerca da instituição do “Programa de Saúde do Servidor” do TCEES, bem como de minuta de Portaria, que dispõe sobre o projeto “Preparação para a Aposentadoria”. Entre os documentos apreciados, constaram, ainda, histórico do programa e formulário de pesquisa a ser aplicada aos servidores (Protocolo TC nº 16773/2019-2);

e) Instrução acerca de pontos de alerta no Processo TC nº 20639/2019-8, que cuida de inventário de bens de consumo estocados em almoxarifado no TCEES, realizado pela respectiva comissão instituída pela Portaria Normativa TC nº 89, de 17 de dezembro de 2019;

f) Apreciação e revisão de proposta de Norma Interna de Procedimentos (NIP), atinente ao sistema administrativo denominado Sistema de Educação Corporativa (SEC-003), que versa acerca dos procedimentos referentes à contratação e pagamento de instrutores externos por inexigibilidade de licitação para realização de eventos no TCEES (Protocolo TC nº 04983/2020-1);

g) Apreciação e revisão de proposta de NIP, SEC-003, que dispõe acerca dos procedimentos referentes às atividades e pagamento de facilitador de aprendizagem e auxiliar em eventos de capacitação e desenvolvimento profissional (Protocolo TC nº 05860/2020-9);

h) Análise e apresentação de sugestões na Matriz de Competências Técnicas exigidas para o gestor do NCI, enviada pela ECP através da Comunicação Interna TC nº 1100/2020-1;

i) Apreciação e revisão de proposta de NIP, SAGAP-001, que estabelece procedimentos para deflagração, instrução, deliberação, emissão, publicação e registro de Atos de Pessoal, materializados em Portaria de Pessoal referentes a nomeação, exoneração, demissão, designação (cargo em comissão, função gratificada, comissões), substituições legais (férias e outros afastamentos), progressão e promoção funcional, escala e alteração de férias (interrupção e transferência), concessão de férias prêmio (direito e fruição), assiduidade, adicional por tempo de serviço e abono de permanência referentes aos servidores, membros e procuradores do TCEES;

j) Elaboração e encaminhamento de proposta de alteração da NIP SCI-001, que versa sobre os procedimentos a serem observados pelas unidades do TCEES para a produção de normas internas referentes às rotinas de trabalho, visando a padronização e a implementação de procedimentos de controle, sendo propostos layout mais moderno e mudanças no fluxo de trabalho;

k) Preparação de documentos e coleta de evidências com o intuito de comprovar o atendimento da unidade aos critérios estabelecidos no Marco de Medição de Desempenho (MMD) elaborado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);

l) Realização de reuniões de trabalho, por meio de videoconferência, com o Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio (NAP), Escola de Contas Públicas (ECP), Assessoria de Governança (ASGOV) e Gabinete da Presidência (GAP);

m) Elaboração de relatório semestral de pontos de controle a ser encaminhado ao Presidente no decorrer do mês de julho, envolvendo as abordagens fiscal, financeira, orçamentária, previdenciária e limites constitucionais e legais, além de atos de gestão.

4.8.2 - AUDITORIAS

Nos termos do Plano Anual das Atividades de Controle Interno, exercício 2020, em seu item 5, foi realizada auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES. Nesse contexto, foi feito o acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, referente ao 1º quadrimestre de 2020.

No que tange à Prestação de Contas Anual do TCEES, referente ao exercício de 2019, foi realizado ajuste no Relatório do Controle Interno na Prestação de Contas Anual do TCEES (RELUCI), em virtude de republicação no Diário Oficial do Estado pelo Poder Executivo, em 30 de março, de diversos demonstrativos contábeis, em razão de lançamentos efetuados no encerramento contábil do exercício de 2019, o que alterou o valor da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA), impactando diretamente as informações prestadas no RELUCI. O novo RELUCI foi acostado ao Processo TC nº 01636/2020-8, conforme Peça Complementar 09837/2020-7 (doc 61). Pelo mesmo motivo, o NCI manifestou-se no Processo TC nº 00479/2020-9, que trata do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, referente ao 3º quadrimestre de 2019.

4.8.3 - CURSOS E TREINAMENTOS

A equipe do NCI, com o objetivo de alcançar novos conhecimentos, participou do “LAlve – a live da LAI – Encontros virtuais”, realizado nos dias 1º, 3, 8 e 10 de julho, promovido pela Ouvidoria-Geral da União, abordando a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e seu tratamento no plano prático do setor público. Demais treinamentos previstos para esse trimestre restaram prejudicados em função da quarentena imposta à sociedade pela disseminação do novo coronavírus. Todavia, o NCI realizou leitura e estudos de artigos relacionados às Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e às Normas de Auditoria Governamental (NAGs).

4.8.4 - CONCLUSÃO

Apresentado este relatório trimestral, verificamos que os trabalhos desenvolvidos por este Núcleo se encontram em consonância com as atribuições e competências desta unidade, conforme se observa nos dispositivos impostos pela Resolução TC nº 223, de 16 de dezembro de 2010, bem como alinhadas aos critérios estabelecidos no Marco de Medição de Desempenho desenvolvido pela Atricon e ao Plano Estratégico do TCEES, de forma a contribuir para a manutenção de serviços de excelência oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo à sociedade em geral.

4.9 - GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela área de Governança no 2º trimestre de 2020:

- Acompanhamento dos projetos priorizados em 2020 e preparação para a reunião bimestral de acompanhamento com o presidente;
- Coordenação e execução do processo de monitoramento do Marco de Medição de Desempenho junto aos setores do TCEES;
- Consolidação das informações do Relatório Trimestral de Atividades - 1º trimestre de 2020;
- Instrução de protocolos recebidos pelo setor.

5 - NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA

O Núcleo de Jurisprudência realizou as seguintes atividades no 2º trimestre de 2020:

- Publicação e envio mensal do Informativo de Jurisprudência a todos os servidores do TCEES e aos usuários externos cadastrados no site. Disponíveis em: <http://www2.tce.es.gov.br/nucleo-de-jurisprudencia-e-sumula/boletim-informativo/>;

- Atualização diária e revisão do banco de dados do MapJuris, com a inserção e sistematização rotineira de entendimentos emanados por este Tribunal nos processos sob a sua jurisdição, publicados por meio de excertos. Disponíveis em <https://mapjuris.tce.es.gov.br/> ;
- Realização de Estudos Técnicos de Jurisprudência objetivando a análise da existência, no âmbito deste Tribunal, de súmulas de jurisprudência, prejulgados ou deliberações, sobre temas que são objeto de consultas formalizadas a este Tribunal, nos termos do artigo 445, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 261/13.

O Informativo de Jurisprudência é o boletim elaborado pelo Núcleo de Jurisprudência que tem por escopo apresentar, resumidamente, as teses jurídicas que foram discutidas e aprovadas na Sessão Plenária, Sessão da 1ª Câmara ou Sessão da 2ª Câmara. Trata-se de compêndio das decisões publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, considerando critérios de ineditismo, relevância ou reiteração.

O MAPJURIS é um sistema de pesquisa e sistematização dos entendimentos proferidos por esta Corte de Contas. É competência do Núcleo de Jurisprudência e Súmula inserir as informações no MAPJURIS e sistematizar os entendimentos que forem se consolidando, por meio da extração de teses jurídicas das deliberações do Tribunal, organizando-as em uma árvore de assuntos. A categorização das decisões permite uma análise de várias teses sobre um mesmo assunto e conseqüentemente a formação dos entendimentos.

6 - MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	2º trimestre 2020
Processos distribuídos	1.707
Pareceres emitidos	582
Termos de atualização de valores a cobrar	-
Termos de verificação de valores pagos	58
Novas cobranças cadastradas no sistema	1

Montante de Multas e Ressarcimentos com Recolhimento Comprovado pelo TCEES	1º trimestre 2020
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais*	190.558,78
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos*	78.934,67
Total	269.493,45

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

7 - CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor, no biênio 2020 e 2021, o Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo.

7.1 - REUNIÕES INTERNAS

A unidade realizou diversas reuniões internas acerca dos seguintes temas:

- Instauração de processos disciplinares;
- Projeto do Guia da Lei de Abuso de Autoridade
- Projeto Observatório de Desempenho Institucional;
- Prestação de Contas junto ao Presidente dos projetos apontados acima;
- Controle de prazos e alertas do sistema e-TCEES; e
- Reuniões administrativas do setor.

7.2 - REUNIÕES EXTERNAS

Esta unidade foi representada pela servidora Sandra Friggi Rangel, nos dias 15 de abril e 13 de maio, na 1ª Reunião Ordinária de 2020 e na 1ª Reunião Extraordinária de 2020 da Rede de Corregedorias - PROCOR - Programa de Fortalecimento de Corregedorias, respectivamente.

Ao longo dos meses de abril, maio e junho foram realizadas diversas reuniões com a Comissão de Atualização da Cartilha das Corregedorias, integrante do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), tendo a Corregedoria sido representada pelo servidor Vitor Lessa.

7.3 - CORREIÇÃO DE 2020

No que tange aos preparativos para a Correição a ser realizada neste exercício, foi publicada a Portaria do Corregedor 03/2020-1 com a instituição da Comissão de Correição juntamente ao Planejamento Anual de Correição de 2020, no Diário Eletrônico desta Corte no dia 04 de maio de 2020.

7.4 - ATIVIDADES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DA CORREGEDORIA

- Auxílio de instrução na Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP pela servidora Sandra Friggi Rangel e na Secretaria Geral de Controle Externo – SEGEX pelo servidor Vitor Lessa;
- CI de frequência de servidor e estagiárias;
- Controle e instrução de processos e protocolos localizados no setor;
- Elaboração de portaria;
- Elaboração de voto de estágio probatório;
- Elaboração do planejamento anual de correição;
- Entrega do cronograma das etapas, percentual de execução e pontos de atenção do projeto Observatório de Desempenho Institucional;
- Envio da Consulta Ética à comissão de ética dos servidores do tribunal;
- Estudos técnicos sobre as atividades desenvolvidas pela unidade;
- Indicação de nomes para instituição da nova Comissão de Ética de Membros do Tribunal de Contas;
- Instrução de processos disciplinares;
- Participação no Projeto do Guia da Lei de abuso de Autoridade, entrega da minuta do Guia em junho; e
- Suporte/atendimento às unidades técnicas e administrativas do Tribunal.

8 - OUVIDORIA

8.1 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

8.1.1 - REUNIÕES

Com objetivo de aprimorar a atuação e as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do TCEES, foram realizadas no segundo trimestre de 2020 reuniões virtuais com a equipe técnica da unidade, com equipes dos projetos estratégicos 2020 e com a SECONT - Secretaria de Controle e Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo; como também, do Conselheiro Ouvidor com os demais Conselheiros para tratar dos normativos sugeridos pela Ouvidoria.

8.1.2 - PROJETOS

8.1.2.1 - REDE TCE-ES DE OUVIDORIAS INTEGRADAS

Aprovado como Projeto Estratégico para o ano de 2020, a “Rede TCE-ES de Ouvidorias Integradas” tem como finalidade integrar as ações de estruturação desenvolvidas pelas unidades de Ouvidoria do Estado e dos municípios capixabas, sob coordenação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como disseminar as boas práticas entre os entes públicos participantes.

Neste segundo trimestre, a Ouvidoria que coordena o projeto, decidiu por adiar o projeto para 2021, devido a impossibilidade de realizar visitas físicas as Ouvidorias Municipais.

8.1.2.2 - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O JURISDICIONADO

A Coordenadora da Ouvidoria participou de uma reunião virtual do projeto “Sistema de acompanhamento e comunicação com o jurisdicionado” com a finalidade de determinar o escopo do trabalho.

8.1.2.3 - PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO TCE-ES

A coordenação do projeto “Programa de Integridade do TCE-ES” está avaliando a possibilidade de início dos trabalhos em 2020.

8.1.3 - PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS

8.1.3.1 - COMISSÃO CDU (CÓDIGO DE DEFESA DO USUÁRIO)

A Ouvidoria coordena a Comissão Técnica, instituída pela Portaria Normativa 034/2019, para elaborar estudos e apresentar Plano de Ação quanto ao atendimento da Lei 13.460/2017, que trata da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, tanto no âmbito interno (TCEES) quanto externo (jurisdicionados); e, neste segundo trimestre, a Comissão elaborou estudos que subsidiassem a tomada de decisão do pleno quanto as minutas de normativos para regulamentação da lei 13.460/2019 no âmbito do TCE-ES, e de alteração da Resolução 274/2014 de criação da Ouvidoria, como também das áreas envolvidas (GAP, SEGEX, SGS e SGTI).

8.1.3.2 - PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ TÉCNICO DE CORREGEDORIAS E OUVIDORIAS DO IRB - INSTITUTO RUI BARBOSA

A Ouvidoria do TCE-ES compõe o Comitê Técnico de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB - Instituto Rui Barbosa, e neste segundo trimestre participou de reunião virtual para debater as próximas ações para as Ouvidorias das Cortes de Contas e para decidir o formato do evento ENCO 2020 – Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas.

8.1.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Participação de servidores no seminário virtual “Ouvidoria em Tempos de Pandemia” realizado pela Controladoria Geral da União - CGU, no dia 16/06/2020.

8.1.5 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Realização de curso EAD da Escola de Contas Públicas “Gestão em Ouvidoria na Era da Informação” pelos servidores e estagiários da Ouvidoria.

8.1.6 - ATIVIDADES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DA OUVIDORIA

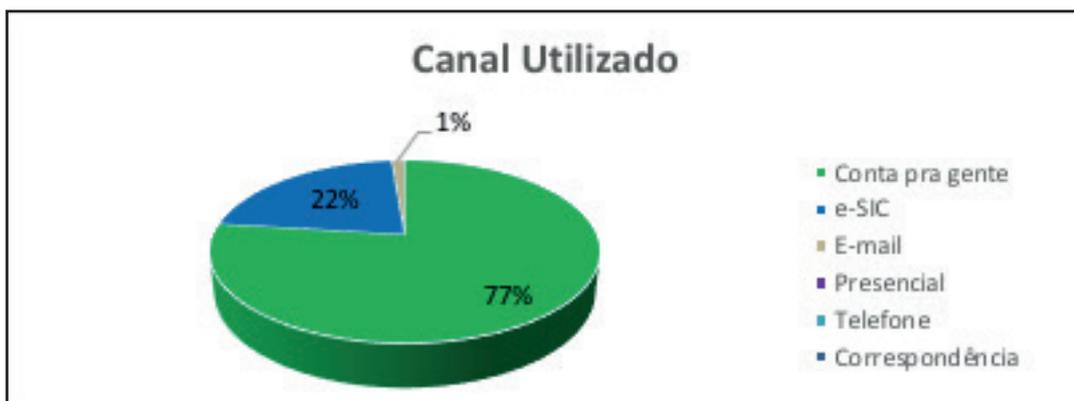
- Recebimento de 119 manifestações de Ouvidoria;
- Tratamento das manifestações de Ouvidoria recebidas (análise, encaminhamentos e acompanhamentos dos atendimentos);
- Respostas de 134 manifestações de Ouvidoria aos demandantes;
- Arquivamento das manifestações de Ouvidoria respondidas;
- Recebimento de 33 pedidos de acesso à informação, via sistema e-SIC;
- Respostas de 33 pedidos de acesso à informação, via sistema e-SIC;
- Revisão de modelos de padrões de comunicação com cidadãos demandantes e órgãos públicos parceiros e criação dos modelos para utilização durante o período de pandemia pelo covid19;
- Elaboração da versão final de proposta de resolução da Ouvidoria e da regulamentação da Lei 13.460/2017, e encaminhamento via protocolo à Presidência;
- Medição do indicador de desempenho: Índice de atendimento aos prazos de resposta às demandas da Ouvidoria, relativo ao primeiro trimestre de 2020;
- Medição do indicador de desempenho: Índice de satisfação do usuário sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria, relativo ao primeiro trimestre de 2020;
- Elaboração do Relatório de Atividades da Ouvidoria referente ao 1º trimestre 2020;

8.2 - ESTATÍSTICAS DAS DEMANDAS

No segundo trimestre de 2020, a Ouvidoria do TCE-ES, no desempenho de suas atividades, realizou o registro de 152 manifestações, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores, pessoas jurídicas e demais cidadãos capixabas, sendo 119 manifestações típicas de Ouvidoria, e 33 manifestações oriundas da Lei de Acesso à Informação.

O canal mais utilizado pela população para envio de suas manifestações foi o sistema “**Conta pra Gente**”, aces-

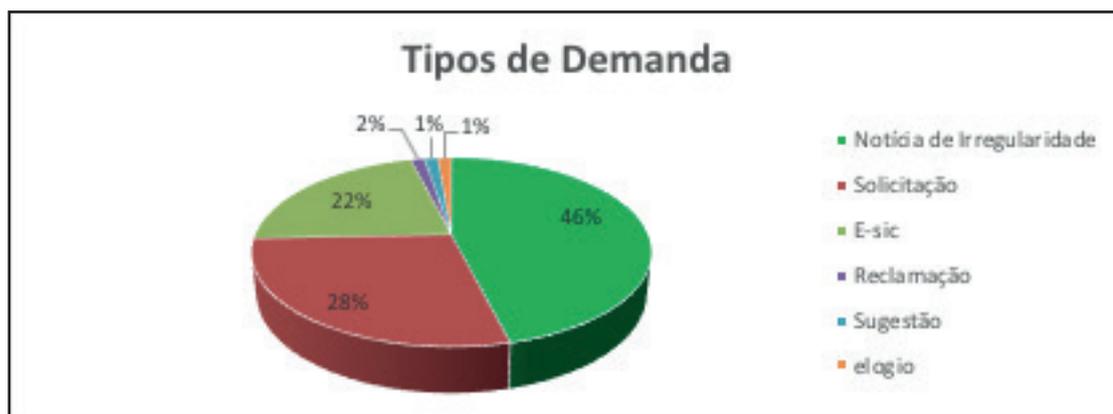
sado no link Ouvidoria Online, na página da Ouvidoria, no portal do TCE-ES, conforme informa o gráfico abaixo:



As demandas de ouvidoria estão classificadas em cinco tipologias diferentes: reclamação, solicitação, sugestão, elogio e notícia de irregularidade.

Além das demandas típicas, a Ouvidoria do TCE-ES também é responsável pelo atendimento aos **pedidos de acesso à informação**, com base na Lei nº 12.527/2011, recebidos através do sistema e-SIC.

Neste segundo trimestre a tipologia **“Notícia de Irregularidade”** foi a mais utilizada, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



8.3 - METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

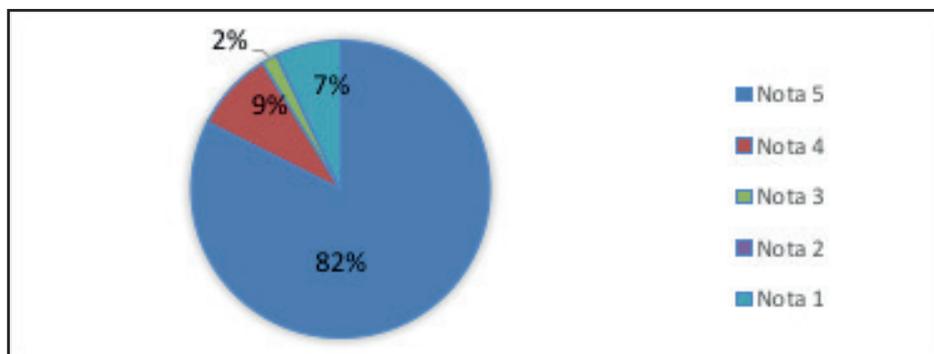
8.3.1 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO AOS PRAZOS DE RESPOSTA ÀS DEMANDAS DA OUVIDORIA

Nesse segundo trimestre de 2020 foram respondidas pela equipe da Ouvidoria 167 demandas, sendo 134 demandas típicas de Ouvidoria e 33 pedidos de acesso à informação, sendo todas atendidas dentro do prazo legal, correspondendo a um percentual de 100% de demandas da Ouvidoria respondidas dentro do prazo legal estabelecido pela Lei nº 12.527/2011 e Lei 13.460/2017, superando assim a meta definida para 2020 de 95% de atendimento das manifestações dentro do prazo legal.

8.3.2 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO SOBRE O ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA

Nesse segundo trimestre de 2020 foram recebidas 57 avaliações (45 no sistema “Conta pra Gente” e 12 no

sistema e-SIC) sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCE-ES, sendo que em 52 avaliações, o que corresponde a 91% (noventa e um por cento) das avaliações realizadas, os usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCE-ES com notas 5 e 4, superando assim a meta estabelecida para 2020 de que 80% dos usuários avaliassem o atendimento com notas Nota 5 (Muito Satisfeito) ou Nota 4 (Satisfeito), conforme explicitado no gráfico abaixo:

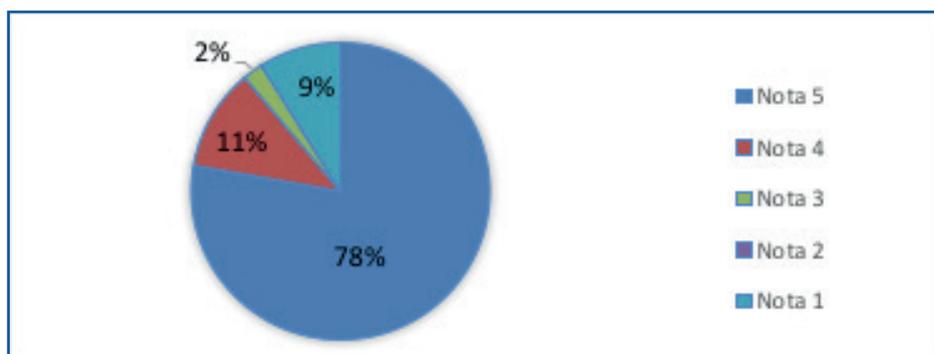


Fonte: Sistema Conta pra gente e sistema e-SIC

8.3.3 - AVALIAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DO SISTEMA CONTA PRA GENTE

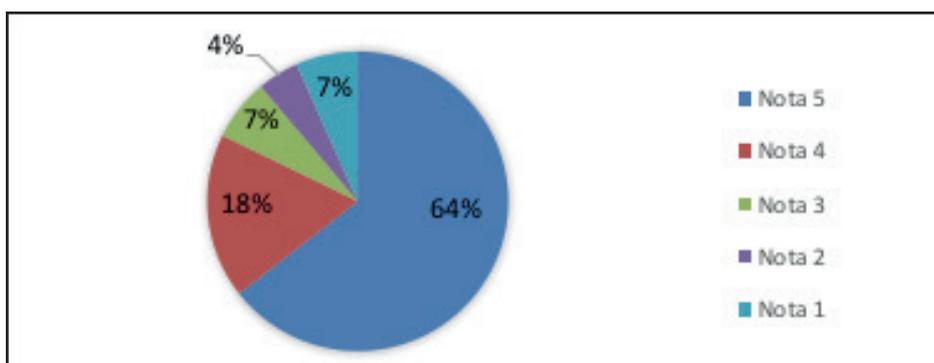
Nas 45 (quarenta e cinco) avaliações recebidas relativas a pesquisa de satisfação presente no sistema “Conta pra gente”, 89% (oitenta e nove por cento) dos usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCE-ES com Nota 5 e Nota 4, conforme demonstrado a seguir:

8.3.3.1 - ATENDIMENTO/TRATAMENTO RECEBIDO PELA EQUIPE DA OUVIDORIA DO TCEES



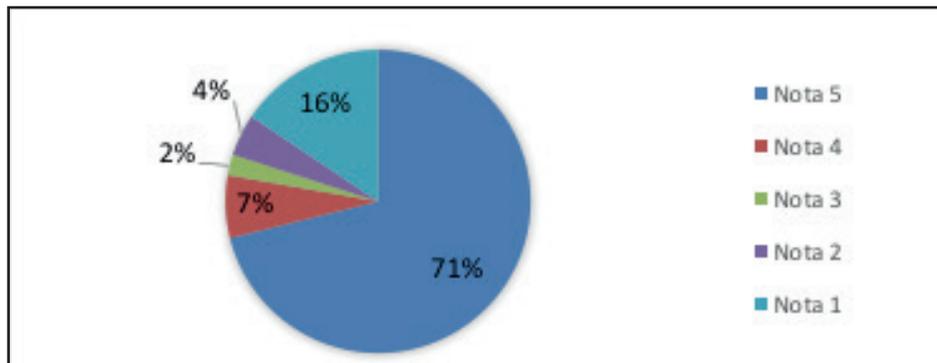
Fonte: Sistema Conta pra gente
89% dos usuários avaliaram com notas 5 e 4 o atendimento da Ouvidoria.

8.3.3.2 - TEMPO DE RESPOSTA À SUA MANIFESTAÇÃO



Fonte: Sistema Conta pra gente
82% dos usuários avaliaram com notas 5 e 4 o tempo de resposta da Ouvidoria.

8.3.3.3 - QUALIDADE DA RESPOSTA RECEBIDA

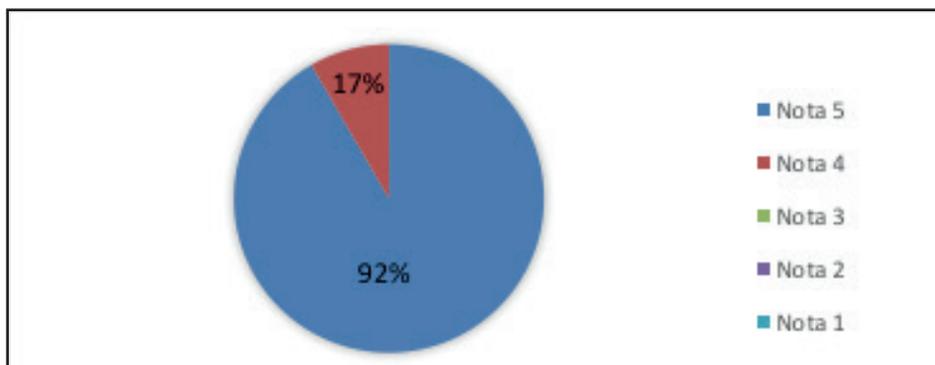


Fonte: Sistema Conta pra gente
78% dos usuários avaliaram com notas 5 e 4 a qualidade da resposta recebida.

8.3.4 - AVALIAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DO SISTEMA E-SIC

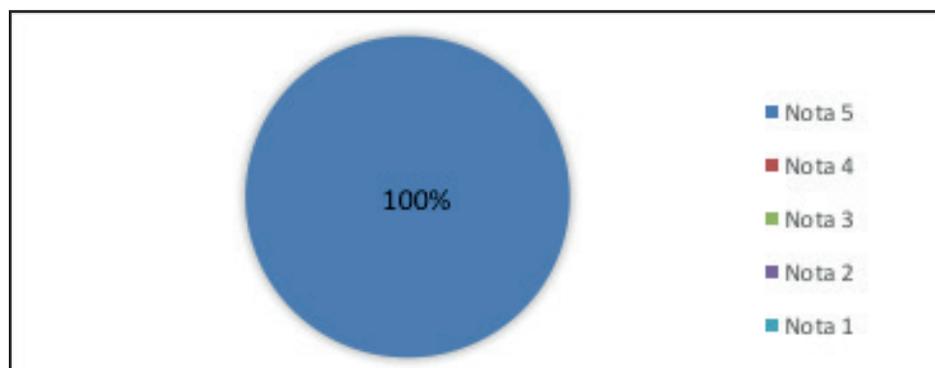
Nas 12 (doze) avaliações recebidas referentes a pesquisa de satisfação presente no sistema e-SIC, relativo ao pedido de acesso à informação que trata a Lei nº 12.527/2011, 100% (cem por cento) dos usuários avaliaram com Nota 5 e 4, conforme demonstrado a seguir:

Pergunta 1: A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?



Fonte: Sistema e-SIC

Pergunta 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



Fonte: Sistema e-SIC

Ressaltamos que a Ouvidoria está trabalhando, em conjunto com a Secretaria Geral de Tecnologia da Informação, para integrar os pedidos de acesso à informação ao sistema “Conta pra gente”, possibilitando uma uniformidade na pesquisa de satisfação, e desta forma um aprimoramento da medição da satisfação do usuário do TCE-ES.

8.4 - CONCLUSÃO

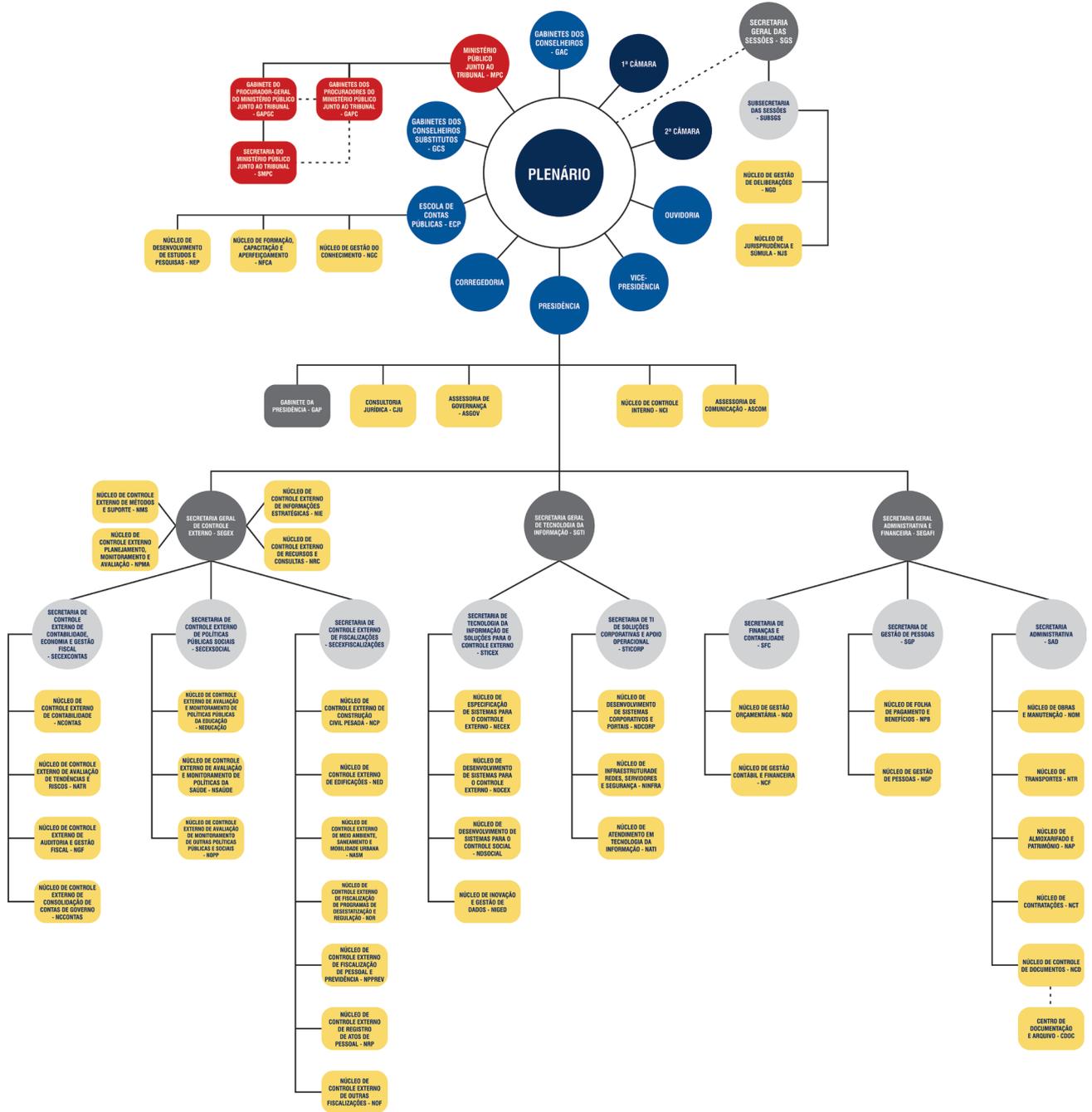
No período foram implementadas, como também executadas, ações previstas no Plano de Ação da Ouvidoria 2020, consonantes com o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), do Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC) da Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon.

Neste trimestre, visando manter a excelência no atendimento das demandas recebidas pela Ouvidoria e SIC diante desse momento de extrema gravidade com o surto mundial de coronavírus (COVID-19), e declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde, considerando o disposto na Lei federal 13.979 de 06/02/2020 acerca das medidas para o enfrentamento de emergências de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus com vistas à proteção da coletividade, a declaração do Governo do Estado do Espírito Santo por meio do Decreto 4.593-R, de 13 de março de 2020, e ainda a portaria normativa TC nº 27, de 22 de março de 2020 e suas alterações, foram desenvolvidos novos modelos de padrões de comunicação entre a Ouvidoria do Tribunal, cidadãos demandantes e órgãos públicos parceiros.

A Ouvidoria do TCE-ES também deu seguimento a interação com outros Tribunais de Contas, de diversos Estados, Municípios e da União, participando do comitê do IRB e coordenando trabalhos conjuntos com o objetivo de aprimorar a atuação das ouvidorias de todos os tribunais de contas brasileiros.

ANEXO

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:





**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Rua José Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto